

Água na Fervura

por João Paulo Charleaux

"A água é um direito humano, não um recurso natural que possa ser explorado." Décadas atrás, essa idéia seria consensual. Discutir o mérito da frase hoje, no entanto, pode levar a guerras infundadas. Apontado por unanimidade como o bem mais precioso do século 21, a água, que sempre foi vista como algo escondido atrás de qualquer torneira, é hoje fruto de preocupação crescente nos meios acadêmicos, governamentais e empresariais de todo o planeta.

O tema suscita discussões acaloradas, numa corrida entre o interesse público e a voracidade das multinacionais, sobretudo as francesas General des Eaux e Leonese des Eaux, pelo controle da exploração desse "bem", que representa, no Brasil, um mercado de 10 bilhões de dólares por ano.

Enquanto em algumas partes a discussão é econômica, jurídica e parlamentar, em outras a possibilidade de ter de importar água, como se faz com o petróleo, deixa nervos à flor da pele e a possibilidade de conflitos armados se transforma num risco iminente, com tentativa de controle de rios, nascentes e lençóis subterrâneos que possam gerar sobrevivência e lucro.

Na tentativa de evitar que o pior aconteça, cientistas, políticos, ativistas e intelectuais têm lutado contra o risco da privatização da água, puxando a guerra para o campo da diplomacia e da argumentação. Enquanto governos e empresas mexem as peças com vagar, na esperança de não criar alarde, as ONGs dedicadas à causa até a alma fazem questão de ampliar a luta, envolver quantas entidades for possível e trazer à luz os argumentos contra a privatização.

Coisa muito grande está sendo arquitetada na União Européia (UE) por um grupo de políticos e pesquisadores preocupados com os caminhos da água na geopolítica mundial. Balizada de Comitê Científico para a Convenção da Água, a entidade é presidida por Mário Soares, ex-presidente de Portugal, e tem como vice-presidente Danielle Miterrand.

A intenção do Comitê é incentivar o debate em todos os governos do mundo sobre as contradições da venda da água. Através desse movimento "de baixo para cima", a entidade espera criar resistência à idéia da privatização.

Um dos meios mais eficazes de evitar o loteamento dos recursos hídricos é aproveitar a oportunidade de todos os encontros internacionais deliberativos sobre o tema para apresentar as objeções e tentar impedir que as vendas se concretizem. A primeira oportunidade de colocar a mão na massa foi perdida quando se determinou que a água seria tratada como um "recurso" e não como um "direito humano", como consta nos documentos do Banco Mundial. A diferença parece sutil, mas basta lembrar que direito humano não se compra e não se vende.

Um dos membros do Comitê que mais faz força contra esse leilão global é a italiana Teresa Isenburg, professora titular do Departamento de História e Geografia da Universidade de Florença: "Estamos num momento de mudanças muito profundas na discussão da água. Esse é o momento de todos perceberem que se trata da discussão de um direito do homem. "Se não for feito algo agora, corre-se o risco de as pessoas simplesmente viverem sem água ou bebendo água imprópria para o consumo, por não poder pagar o preço cobrado." Olhando ao redor, é fácil enxergar exemplos do discurso de Teresa. Em Buenos Aires, no ápice da crise Argentina, com 4 milhões de pessoas em idade economicamente ativa desempregadas ou com empregos temporários, muitas pessoas estão optando por desligar os serviços de saneamento em suas casas. Por uma instalação doméstica, o argentino paga por mês uma tarifa de 50 dólares ao consórcio Águas Argentinas, o que faz a população preferir baldes e canecas em servidores coletivos à água encanada.

No Brasil, a posição é de quem se encontra numa encruzilhada e o caminho tomado pelo governo pode ser referência para muitas outras nações. Mais de 11 por cento da água doce de superfície no mundo está aqui. Quase um quinto da água doce que chega aos mares vem do rio Amazonas.

A posição é duplamente emblemática: primeiro, porque mostra o risco que se corre ao não cuidar dos recursos disponíveis e, segundo, porque dá água na boca de quem quer explorar esse mercado, onde 90 por cento da área urbana já é servida por água tratada.

"A voracidade dos empresários e do governo em lotear a água é assustadora", diz o deputado cearense Sérgio Novaes (PSB). Para ter idéia, "o presidente Fernando Henrique vetou o projeto de lei 199/90 no seu quinto dia de governo. A redação do projeto garantia a universalidade do acesso à água. Depois de oito anos de governo,

a privatização da água virou imposição também do FMI (Fundo Monetário Internacional), que se refere explicitamente a isso nos acordos de 2000 e 2001".

Iniciativas débeis, como a do senador capixaba Paulo Hartung (PSB), traçam uma estratégia de quem serve a dois senhores. Ele não é contra a privatização, mas propõe um mecanismo de segurança que pretende proteger os miseráveis da falta absoluta de água em suas casas.

Com o projeto de lei 34/2001, Hartung propõe que sejam estabelecidas cotas mínimas de consumo sobre as quais as empresas que controlam o setor não poderiam avançar. Ou seja, "mesmo que a pessoa esteja inadimplente no pagamento das contas, ela teria sempre um mínimo de água em casa", explica o senador em texto publicado em seu site na Internet. O deputado é criticado por abrir uma possibilidade: "se" a água for privatizada... o que é inadmissível pelas entidades da linha de frente desta luta.

Na agricultura, a idéia de privatizar a água desperta ainda mais pavor: "Para nós, seria um desastre", profetiza o secretário de formação e organização sindical da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), Francisco Lucena.

"Estamos integrando um grupo grande de entidades de todo o Brasil para impedir que a água passe do controle dos municípios para as mãos dos governos estaduais. Penso que, se isso acontecer, será um passo na direção da privatização, pela influência que os governos estaduais sofrem e pela facilidade de as empresas estrangeiras negociarem mais facilmente com os Estados do que com os 5.560 municípios do Brasil separadamente."

Para um governo que privatizou telefonia, energia elétrica, siderúrgicas, abriu espaço para planos de saúde e escolas privadas, hasteou a bandeira do Estado mínimo e tenta esvaziar a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), não seria um ato de grande esforço bater o martelo também no caso da água, empurrando ainda mais a classe média para um cotidiano de preço salgado, e os pobres para as raias da miséria.

GUERRAS PELA AGUA JÁ ACONTECEM.

Depois de 11 de setembro, ninguém duvida que as idéias mais fantasiosas possam ocorrer na vida real. No caso da água, já existem situações piores que as mostradas por Hollywood. O governo do Egito, por exemplo, disse com todas as letras que, se a Etiópia retirar mais uma gota de água do rio Nilo, o ato seria interpretado como uma declaração formal de guerra. Leve-se em conta que 80 por cento das águas desse rio vêm da Etiópia e tem-se um cenário de barril de pólvora na região.

Em todo o Oriente Médio e no norte do continente africano existem situações semelhantes, com risco de conflito iminente. Na Cisjordânia, os palestinos têm acesso a não mais que 80 litros de água por dia, enquanto os eternos inimigos israelenses podem usar 250 litros por pessoa/dia. Na Turquia foram construídas duas grandes barragens sobre os rios Tigre e Eufrates, reduzindo o fluxo de água que vai para o Iraque. Cercado de intolerância devidamente semeada em conflitos internacionais ao longo dos anos, a diplomacia de Sadam Hussein carece de credibilidade e o Iraque não consegue se fazer ouvir nos organismos internacionais. Em Israel, 70 por cento da água usada na agricultura é "residual", ou seja, reaproveitada depois de já ter servido casas e indústrias, o que eleva a chance de contaminação dos elementos. Da água potável do país, 30 por cento é residual. Nesse país, mais especificamente na faixa de Gaza, os mapas da água, da geologia e dos conflitos se sobrepõem.

Só na África, são onze os países que têm dificuldades com a água. No Oriente Médio, são nove. A situação também é desconfortável no México, Hungria, Índia, China, Tailândia e Estados Unidos.